

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1.000.000-0, DE 2015
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior acerca das operações de crédito realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com a empresa Sete Brasil Participações S.A., na forma em que especifica.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, **Sr. Armando Monteiro Neto**, sobre operações de crédito realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com a empresa Sete Brasil Participações S. A., nos seguintes termos:

- Relação das operações de crédito ou outro tipo de aporte de recursos do BNDES com a empresa Sete Brasil S.A. contendo as seguintes informações: montante das operações; número do documento da contratação, data da contratação, natureza da operação, custo financeiro, juros, valor contratado por operação, prazo de carência, prazo total em meses e produto;
- Se o BNDES está analisando pedido de nova operação de crédito ou outro tipo de aporte para a Sete Brasil;
- Se a empresa Sete Brasil enviou novo plano de negócios ou outro documento para subsidiar possível novo aporte de recursos à referida empresa.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 20 de março do presente ano o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - TCU protocolou Representação com pedido de medida cautelar junto ao TCU. Tal Representação foi apresentada diante das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

sucessivas informações de que a empresa Sete Brasil Participações S.A., cuja situação econômico-financeira é bastante delicada, possa receber auxílio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A referida representação narra uma série de fatos que levou a empresa Sete Brasil à situação de dificuldade enfrentada na atualidade. Dessa forma, ela pretende *“averiguar, mediante fiscalização, se as operações de crédito ou outros tipos de aporte em vias de serem realizados com os recursos do contribuinte brasileiro, via BNDES, a Sete Brasil estão embasados em adequado exame técnico-financeiro de empreendimento, projeto ou plano de negócio atualizados e que permitam a precificação dos riscos inerentes à sua concessão”*.

A preocupação exarada pelo ilustre Procurador do Ministério Público que assina o pedido e que o ensejou a apresentar a referida Representação é a mesma que temos e que nos motiva a elaborar o presente Requerimento de Informações. Sabemos da competência e do compromisso público dos servidores do BNDES. No entanto, causa-nos preocupação o fato de que os bancos públicos possam estar sendo utilizados politicamente para privilegiar determinadas empresas e grupos econômicos, em detrimento do interesse geral.

Diante da gravidade da situação e do cuidado que devemos ter em zelar pela boa aplicação dos recursos públicos é que solicitamos essas informações e aconselhamos todo o cuidado possível na concessão de novos aportes financeiros para a Sete Brasil frente à grave crise que esta empresa enfrenta e à nova realidade econômica do setor petroleiro.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2015.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR